

ARRUDA, Pedro Fassoni. *Capitalismo dependente e relações de poder no Brasil: 1889-1930*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

Por Marcos Del Roio<sup>1</sup>

A editora Expressão Popular -- vinculada ao MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra -- publicou o livro de Pedro Fassoni Arruda, uma contribuição notável ao debate sobre as origens e características do capitalismo no Brasil. Arruda faz um trabalho que destaca os aspectos distintivos da fase imperialista do capitalismo, tal qual identificada por Lenin. De fato, a formação de monopólios e do capital financeiro que fizeram aguçar a disputa entre capitais e entre Estados pela repartição do mercado mundial, já que a exportação de capitais tornou-se uma necessidade inelutável. Qual o efeito do imperialismo, surgido em torno de 1880, sobre as economias e Estados das periferias, das antigas e novas colônias?

Certo que surge uma nova divisão internacional do trabalho, mas cada região, cada País ocupa uma posição particular. Por muito tempo a Internacional Comunista e os marxistas discutiram sobre os efeitos do imperialismo na periferia colonial, se o imperialismo vedaria por completo a industrialização ou apenas restringiria e condicionaria esse processo. A resposta teria implicações no diagnóstico das forças sociais que poderiam ou não lutar contra o domínio imperialista.

Arruda faz um apanhado da fase imperialista no período tratado no livro antes de adentrar na análise da particularidade brasileira nesse cenário. Avalia a formação da oligarquia financeira, o Estado, as classes sociais, a consciência de classe, até mostrar porque parte muito importante do movimento operário aceitou e colaborou com a política imperialista, incorporando a ideologia nacionalista. Assim, poucos foram os problemas internos encontrados pelos Países imperialistas no que se refere a sua política de expansão. De modo geral, as Nações imperialistas contavam com uma hegemonia burguesa bastante sólida.

---

<sup>1</sup> Professor Titular da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP-Marília. Professor do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas.

A expansão imperialista incidiu sobre Países dependentes como o Brasil como empréstimos em dinheiro ou investimentos em infraestrutura (como portos, ferrovias, iluminação pública, máquinas) de maneira que, a rigor, a classe dominante no Brasil era a oligarquia financeira, em particular a inglesa. Aliados e dependentes da oligarquia financeira inglesa, no Brasil prevaleciam a dominação das oligarquias agrárias, as quais -- até o fim da monarquia em 1889 -- mantinham-se unidas precisamente em torno da figura do imperador, representando o poder central. Os anos 80 do século XIX foram muito importantes na formação social brasileira, pois se observa a crise final do escravismo, a crise da monarquia que lhe dava sustentação e o surgimento de uma muito embrionária burguesia industrial, assim como de um embrionário proletariado industrial. O fim da escravidão, em 1888, fez com que a imensa maioria da população rural vivesse em condições de servidão, sem receber salários em dinheiro, sem ter direito de sair da terra do latifundiário. Não somente os ex-escravos, mas também a massa de mestiços e de brancos pobres, agora engrossada pela migração de trabalhadores pobres da Europa e de outros lugares.

Em 1888 ocorre a abolição formal da escravatura, em 1889 foi instaurada a República por meio de um golpe militar de cariz ideológico positivista, em 1891 é promulgada a Constituição republicana, federalista, liberal, e, em 1894, depois de quatro anos de mandato militar, a Presidência passa a ser ocupada por uma representante da oligarquia agrária, de inabalável convicção liberal. Qual o significado desse período que transcorre de 1888 a 1894?

Eis aqui uma divergência de fundo com a tese de Arruda. Esse autor assimila a tese desenvolvida nos anos 1980, por Décio Saes, o qual interpretou os anos 1889-1891 como tendo sido uma revolução burguesa política. Segundo esse autor (e também Arruda) a federação republicana tinha um caráter político jurídico burguês, com a formal separação de poderes, com a formal igualdade perante a lei, com a formal liberdade individual. Essas instituições -- de nítido caráter burguês -- seriam um grande estímulo para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. O que essa tese -- inspirada teoricamente em Althusser e Poulantzas -- desconsidera é que não eram predominantes no Brasil relações sociais capitalistas, que burguesia e proletariado eram classes ainda em começo de gestação.

Pode-se estar de acordo que essas instituições legais não colocavam qualquer empecilho para o avanço do capitalismo, mas é preciso considerar também que a

federação republicana garantia grande autonomia para que as oligarquias regionais preservassem o domínio sobre os trabalhadores do campo em condições feudais e que tivessem vínculos econômicos com o exterior mais que com um muito restrito “mercado interno”. Numa federação republicana das oligarquias agrárias não seria mesmo possível afirmar que de alguma maneira se desenvolvia um capitalismo brasileiro. Seria preciso observar as histórias regionais.

O que efetivamente aconteceu é que em 1850 duas leis decisivas foram promulgadas no País. Uma delas abolia o comércio transoceânico de escravos vindos da África, cuja implicação foi a de reforçar o capital mercantil interno, que passou a investir no comércio de inter-regional de escravos e também na importação de bens para a vida urbana que começava a aparecer. A outra lei garantiu que a terra só poderia ser propriedade de quem a comprasse e registrasse legalmente. Essa foi a garantia de que a propriedade da terra seria um monopólio das oligarquias, que o latifúndio seria a forma das classes dominantes originadas já na época colonial preservasse e mesmo ampliasse suas posses e poder.

O declínio do trabalho escravo, por conta da alta crescente dos preços, da pressão internacional, da resistência dos escravos aliados a uma pequena burguesia intelectual, indicava que o Brasil, visto no seu conjunto, caminhava para uma sociedade agrária dominada pelo latifúndio, com baixa produtividade do trabalho, com poucas cidades onde o comércio ficaria alocado. Mas não o que aconteceu, e isso se deveu à necessidade do imperialismo de exportar capitais e reordenar parcialmente as zonas periféricas submetidas.

A última zona escravista a florescer no Brasil foi a região da Vale do Rio Paraíba, a partir de 1840, ao redor da cidade do Rio de Janeiro, com a cultura do café. Essa zona se espalhou depois para São Paulo, mas conforme se adentrava pelo território os problemas de custo da força de trabalho e de transporte para o porto só se agravavam. A solução encontrada foi a implantação de ferrovias e a importação de força de trabalho da Europa. Agora se poderia dizer que a acumulação agromercantil do capital avançava e se formava um complexo ao redor da plantação do café que seria a origem efetiva do capitalismo no Brasil. Um capitalismo dependente dos centros imperialistas, mas que desenvolve a sua particularidade.

A burguesia industrial, que surge em meados dos anos 1880, é um desdobramento da oligarquia \ burguesia agrária cafeicultora, tem conflitos com ela, mas não existe

antagonismo. Ambas as frações, em princípio estão satisfeitas com o Estado liberal e se estabelecem bem no mercado gerado no referido complexo. Certo que ocorrem conflitos quando o setor cafeeiro pede proteção frente a riscos de queda de preços no mercado externo, ou quando os industriais clamam por proteção frente à concorrência externa. No entanto, é somente nos anos 20 do século XX que a burguesia define a sua autonomia e sua identidade de fração de classe, é só nessa fase que se percebe que a industrialização do País estaria condenada se continuasse a depender do predomínio da burguesia agrária cafeeicultora, que, por sua vez, alcança os seus limites em fins dos anos daqueles anos 20. É nessa década que tanto burguesia quanto proletariado se colocam como sujeitos de uma grande transformação, que seria a industrialização e urbanização do País, que seria enfim a revolução burguesa.

Assim, me parece mais sensato e correto datar a revolução burguesa no Brasil não a partir do estabelecimento de instituições liberais, que servem do melhor invólucro possível para a dominação das oligarquias agrárias, mas do fim dos anos 20, quando a acumulação mercantil entra em crise e a saída só poderia ser a industrialização, com a consequente ascensão social da burguesia industrial.

É nos anos 20, em torno da grande crise capitalista mundial, é que o problema da revolução burguesa se põe para as forças sociais e políticas dispostas em campo, não nos anos 1880, quando o que se assiste é uma grave crise da dominação oligárquica, que se recompõem a partir de 1894. Em fins dos anos 20 é que se percebe a presença de uma burguesia que defende o liberalismo, se opõe aos direitos sociais e se propõe a industrializar o País. Não é uma revolução jacobina por suposto, mas é a forma de conseguir a hegemonia a partir da fábrica e da sociedade civil, que só então aparece. O proletariado conforma com o Partido Comunista uma teoria da revolução baseada na realidade concreta. Essa formulação entendia que a derrubada do Estado liberal era essencial por ser esse a expressão da dominação das oligarquias. A ação revolucionaria deveria ser feita pelo proletariado industrial, pelo campesinato (cuja organização era muito embrionária), pela pequena burguesia urbana (que se supunha ser representada pelos jovens militares em revolta contra o regime político).

Até por estarem de armas na mão, a pequena burguesia dirigiria a revolução num primeiro momento, a partir de quando o proletariado se disporia a disputar a hegemonia na revolução burguesa a fim de instaurar uma democracia revolucionária, que lutaria pela ruptura dos laços de dependência com o imperialismo, pela transformação agrária em

favor dos camponeses, pela industrialização do País. Caso a burguesia e as oligarquias conseguissem truncar a o processo o risco do Brasil se endereçar para uma ditadura fascista era significativo.

O livro de Arruda tem ainda algumas virtudes como a de não ser apenas uma história econômica, mas de buscar muitos outros elementos pra composição do quadro. As lutas sociais, a legislação são elementos importantes que costumam ser analisados de forma isolada e não dentro de uma totalidade contraditória em processo. Outro grande mérito do trabalho é a apresentação do debate e das interpretações dos problemas de que o livro trata. Pode-se acompanhar muito bem, por exemplo, todo o debate sobre a industrialização e assim se entender do porque no Brasil a superação da dependência, do capitalismo dependente, só é possível com a ruptura com o próprio capitalismo.

Apenas uma ultima observação crítica é cabível, pois não corresponde à verdade que o marxismo no Brasil tenha alimentado uma visão mecanicista, etapista, reducionista da realidade brasileira. A formulação de Astrojildo Pereira e Octavio Brandão em fins dos anos 20, ainda que carecendo de muito conhecimento da particularidade brasileira, teve presente que as dimensões do particular e do universal não se sobrepõe. Até começo dos anos 60 a visão da particularidade brasileira indicava ainda a necessidade de se compor um povo \ nação que lutasse contra a dependência e contra o monopólio privado da terra. Não se tratava de cópia medíocre do que produzira o “stalinismo”, mas sim a busca de caminhos por um terreno histórico cultural inóspito e de poucas luzes.

RECEBIDO EM 31-08-2014

APROVADO EM 25-05-2015